

CCJ aprova mais verbas para a saúde

Serra derrota a equipe econômica, que poderá fazer cortes em outras áreas

• BRASÍLIA. O ministro da Saúde, José Serra, e os parlamentares ligados ao setor conseguiram uma importante vitória ontem com a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, da emenda constitucional que vincula recursos orçamentários da União, estados e municípios para a saúde.

A derrota foi da equipe econômica, que tentou até o último minuto convencer parlamentares do PSDB e do PFL a apresentar emendas ao relatório do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o que resultaria no retorno da matéria à Câmara.

Nem o PFL, que tem posição fechada contra o projeto, aceitou assinar as emendas. Em reunião no Palácio do Planal-

to, anteontem, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, avisou que, se a matéria for definitivamente aprovada como está, o Governo terá, para manter o equilíbrio fiscal, de fazer cortes em outras áreas.

Estimativas apontam mais R\$ 3 bilhões em 2001

Não há uma estimativa fechada dos recursos que serão transferidos da União, estados e municípios para a pasta de Serra, mas os números previstos pelos especialistas no assunto, como o autor da matéria na Câmara, Eduardo Jorge (PT-SP), ficam em torno de R\$ 3 bilhões no ano que vem, e R\$ 10 bilhões no período de 2001 a 2005.

O PFL ainda tentou evitar a votação ontem na CCJ, apre-

sentando um requerimento para a realização de audiências públicas com os ministros Malan e Serra, além de governadores e prefeitos. A maioria favorável à emenda na comissão aceitou que a audiência pública aconteça no dia 30 de abril, antes da entrada da matéria na pauta do plenário, dia 07 de junho. Mas exigiu a votação na comissão ontem.

Líderes do Governo pressionam senadores

Os líderes governistas tentaram pressionar os senadores durante a sessão da CCJ.

— A área econômica não vai socorrer nenhum governador que vier, posteriormente, buscar compensações para o aumento de gastos — disse o líder do Governo no Senado, Jo-

sé Roberto Arruda (PSDB-DF).

— Malan disse na reunião que a vinculação vai gerar uma superindexação que levará, inexoravelmente, a cortes em outros ministérios — informou o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PFL-PB).

Uma das mudanças que Malan pretende fazer, em plenário, é no dispositivo que prevê o aumento dos recursos para a saúde, sempre que houver elevação do Produto Interno Bruto (PIB). No lugar do PIB real, o Governo quer que o aumento da contribuição seja proporcional ao crescimento nominal, sem levar em conta a inflação. Isso provocaria uma redução de mais ou menos 6% (média inflacionária anual) no comprometimento dos gastos com a saúde. ■